

“ALÔ? ESTÁ ME OUVINDO?”: UMA CANÇÃO DA DÍVIDA

"HELLO? ARE YOU THERE?": A SONG OF DEBT"

¿HOLA? ¿ME ESTÁS ESCUCHANDO?": UNA CANCIÓN DE LA DEUDA

Carolina Fabiano de Carvalho¹

Resumo: O artigo faz uma breve leitura crítica e comparada do poema “*Une chanson* (alô? está me ouvindo?)” (2015), do poeta carioca Lucas Matos. O objetivo é investigar como o poema trabalha artisticamente o discurso da dívida, em uma economia cada vez mais financeirizada. No poema, o drama do endividamento, que afeta de forma mais contundente a classe trabalhadora precarizada, se constrói por meio de relações afetivo-amorosas. Minha hipótese é de que o poema nos torna mais sensíveis à condição do sujeito que não consegue quitar suas dívidas. O artigo se estrutura em partes: a primeira apresenta o livro em que o poema se insere; a segunda discute o cenário macroeconômico brasileiro das últimas décadas, bem como aspectos antropológicos da dívida; e a terceira debruça-se sobre a leitura do poema e questões teórico-discursivas por ele suscitadas.

Palavras-chave: Poesia brasileira contemporânea; Dívida; Economia; Antropologia econômica; Crítica literária.

Abstract: This paper provides a brief critical and comparative reading of the poem “*Une chanson* (alô? está me ouvindo?)” (2015), by Rio native poet Lucas Matos. The aim is to investigate how the poem artistically works with the discourse of debt in an increasingly financialized economy. In the poem, the drama of debt, which affects the precarious working class in a more forceful way, figures amid lyrical structures that evoke affective relationships. My hypothesis is that the poem makes us more sensitive to the indebted subject. The article is structured in sections: the first one presents the book in which the poem was published; the second discusses the Brazilian macroeconomic scenario of recent decades, as well as anthropological aspects of debt; and the third focuses on the reading of the poem and the theoretical-discursive questions it raises.

Keywords: Contemporary Brazilian poetry; Debt; Economy; Economic anthropology; Literary criticism.

Resumen: El artículo ofrece una breve lectura crítica y comparada del poema “*Une chanson* (alô? ¿me escuchas?)” (2015), del poeta carioca Lucas Matos. El objetivo es investigar cómo el poema trabaja artísticamente con el discurso de la deuda, en una economía cada vez más financiarizada. En el poema, el drama de la deuda, que afecta más gravemente a la clase trabajadora precaria, se construye a través de relaciones afectivas y amorosas. Mi hipótesis es que el poema nos hace más sensibles a la condición del sujeto que no puede pagar sus deudas. El artículo se estructura en partes: la primera presenta el libro en el que se incluye el poema; el segundo analiza el escenario macroeconómico brasileño de las últimas décadas, así como aspectos antropológicos de la deuda; y el tercero se centra en la lectura del poema y las cuestiones teórico-discursivas que plantea.

Palabras-clave: Poesía brasileña contemporánea; Deuda; Economía; Antropología económica; Crítica literaria.

¹ Doutora em Literatura Comparada (PPGCL/UFRJ). E-mail para contato: carolinacarvalho@letras.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6300-1906>.

Introdução

Este artigo faz uma breve leitura crítica e comparada do poema “*Une chanson* (alô? está me ouvindo)”, publicado no livro *Três semblantes* (2015), do poeta carioca Lucas Matos. Meu objetivo é investigar como o poema trabalha artisticamente o discurso da *dívida*, que orienta e controla nossas práticas, nosso tempo e nossas subjetividades, em uma economia cada vez mais financeirizada. Para isso, primeiro, apresento o livro e seu contexto de produção e recepção, mobilizando conhecimentos da história econômica brasileira e da antropologia econômica. Em seguida, analiso detidamente o poema por seus procedimentos poéticos, rítmicos e figurativos. Ao longo da leitura, evidencio como o campo semântico afetivo-amoroso está imbricado no drama do endividamento construído pelo poema.

A hipótese desta pesquisa é de que o poema de Lucas Matos elabora, de forma poética e criativa, uma cena típica da contemporaneidade: a da cobrança de dívidas por teleoperadores. À sua maneira, o poema nos torna mais sensíveis à condição do sujeito que não consegue quitar suas dívidas, que não param de crescer e se acumular. Ao ler o poema, senti necessidade de compreender melhor como se deu o endividamento das famílias no Brasil e, por isso, dedico parte desta pesquisa a destrinchar como ocorreu este processo nos últimos 20 anos.

Além disso, parto da compreensão de que a dívida presente na poesia brasileira contemporânea reflete um fenômeno mais amplo, global, que deriva da financeirização da economia global. A dívida também é compreendida neste trabalho como um fenômeno antropológico, de longa duração.

Este artigo deriva da minha dissertação, defendida no início de 2020, logo antes da emergência global da Pandemia de COVID-19 – quando a precarização do sistema público de saúde, já flagrante, tornou-se ainda mais dramática. De 2015 pra cá, toda vez que discutimos a ampliação e a consolidação de direitos pelo Estado brasileiro, somos imediatamente lembrados da necessidade de “manter o equilíbrio fiscal”, de não aumentarmos demais a dívida pública, de contermos os gastos, sob o eterno risco da moratória iminente. O brasileiro endividado da poesia atual espelha o Brasil endividado das manchetes de jornal. Acredito que ler a dívida na poesia contemporânea é ler um dos dramas da classe trabalhadora brasileira, hoje. A dívida – eterna, impagável – é um dos instrumentos de opressão de classe e, por isso, questioná-la é uma das formas de disputar e construir um país mais justo e mais livre.

O presente artigo se divide em três seções. A primeira faz uma breve apresentação do livro *Três semblantes* (2015), de Lucas Matos, localizando-o na cena da crítica e da poesia brasileira contemporânea. A segunda seção discorre sobre a acentuada financeirização da economia brasileira e mundial e seus efeitos sobre as políticas sociais desenvolvidas ao longo dos últimos 20 anos no país. O objetivo é apresentar o contexto socioeconômico em que se insere a poesia de Lucas Matos. Enfim, na última seção, faço uma leitura detida do poema “*Une chanson (alô? está me ouvindo)*”, com foco na aproximação entre as relações afetivo-amorosas e as relações entre credor e devedor.

1. O livro na cena

A dívida é um tema recorrente na poesia publicada recentemente no Brasil, em especial, na obra de jovens adultos, oriundos das classes médias e dos subúrbios de grandes centros urbanos. Ela surge por meio de imagens asfixiantes de boletos, contas a pagar e perseguição, muitas vezes em meio a referências ao campo afetivo-amoroso (COELHO, 2020, p. 134).

No livro *Três semblantes* (2015), a dívida aparece principalmente na primeira parte, intitulada “A história de Marianne K.”. O autor, Lucas Matos, se apresenta na orelha do livro como ator e poeta. Ele também é professor de Língua Portuguesa e Literatura no Instituto de Aplicação da UERJ, onde desenvolve oficinas de escrita literária e pesquisa vocalização e performance de poesia. Seu segundo livro publicado, *1989* (2018), foi finalista do Prêmio Rio de Literatura de 2019 (PRÊMIO..., 2019).

O poeta e crítico carioca Rafael Zacca (2018) escreveu algumas considerações sobre *Três semblantes*, em especial sobre os poemas que contam a história de Marianne K. Para Zacca, não há um procedimento de descrição, algo que nos explique quem é essa mulher; não há fisionomia ou cronologia à qual podemos nos agarrar. “Marianne K. não é uma personagem”, ele diz, “é um semblante. Ela não nasce de uma caracterização, mas da construção, mais ou menos harmoniosa, de indícios que se comunicam em uma unidade. Ela se origina de um descontrole dos mecanismos de dívida e de culpa (...)” (ZACCA, 2018). O que se pode supor sobre Marianne K. é que é uma mulher endividada, que nos é apresentada em esquetes fragmentadas, cujo fio condutor é a tragicomédia que une credor e devedor. Essa experiência descontínua singulariza “um acontecimento que é mero evento entre outros em uma vida ordinária – uma dívida com o banco, por exemplo – [que] torna-se, na poética do semblante, o traço único de sua existência” (ZACCA, 2018).

No *Indiccionário do contemporâneo* (2018), lemos que a experiência do presente para os poetas recentemente publicados configura-se em uma tensão

entre a banalidade da experiência vivida – que se coloca na ordem do comum, passível de ser experienciado por qualquer pessoa – e o aspecto singular que essa experiência ganha na ótica do sujeito, capaz de retirá-la do campo representativo habitual para fazê-la deslizar em direção a novos horizontes de sentido. (PEDROSA et al, p. 81)

Vemos esse deslizamento no semblante de Marianne K., para quem o próprio real se dá na dívida: a construção subjetiva, o tempo e as relações afetivo-amorosas da personagem são monopolizados pela dívida. A dívida com o banco, por exemplo, ganha contornos discursivos e estéticos pelo gesto de transformá-la em traição ou obsessão entre amantes ou de enunciá-la como um manifesto (MATOS, 2015, p. 28).

Além disso, os poemas constroem cenas tragicômicas, em que o drama do endividamento é interrompido com gracejos, jogos de palavras e nonsense gratuito. O humor é um aspecto fundamental desta poesia: simultaneamente, ele quebra e intensifica o desespero ansioso que a dívida provoca. O endividamento de Marianne K. gera um misto entre riso nervoso, riso histérico e riso depreciativo, um humor que brota inadvertidamente por entre os versos carregados de tensão. O inusitado se mistura com o angustiante, criando efeitos singulares sobre quem observa e lê, deslizando a dívida de seu lugar mais usual.

Zacca sugere que o aspecto político na história de Marianne K. se dá em sua desestabilização do sistema de visibilidade, ou seja, em sua desarticulação do consenso que homogeneiza a percepção que temos sobre a própria realidade. É por não denunciar claramente a injustiça do sistema de dívida que a poesia de Lucas “furaria a bolha” de consenso, ampliando nossa “esfera de sensibilidade” (ZACCA, 2018). O aspecto político da poesia de Lucas está também em sua potência discursiva: seus poemas implicam o mundo e as pessoas que existem *para além* de seus boletos de pagamento, dos números que devem. Eles apontam para – e reescrevem – as questões mais complexas da vida no capitalismo pós-fordista, em que as finanças operam totalitárias (PINTO E BALANCO, 2009).

Marianne K. é um semblante no qual podemos ver o rosto de grande parte dos homens e mulheres da classe trabalhadora brasileira. Os poemas implicam e comprometem esses sujeitos que batalham por sua existência, subsistência e sobrevivência, em sua condição de endividados. Em especial, revelam o drama do endividamento no Brasil, que oprime principalmente os mais pobres.

2. A conjuntura

Recentemente, vimos políticos e governantes desenvolverem projetos para “limpar o nome” da população endividada, de forma a garantir seu reingresso no mercado de serviços e bens. A figura da autoridade política que perdoa todas as dívidas assim que assume o poder não é novidade na história. Na Mesopotâmia, berço do empréstimo com juros, os reis palacianos recém-empossados tradicionalmente iniciavam seu governo pelo cancelamento de todas as dívidas de consumo. Essa prática derivou do perigo real de esgarçamento do tecido social pela expropriação gerada nas relações entre credor e devedor. Os endividados penhoravam seus pertences, sua terra e até mesmo seus familiares aos usurários, ao limite de tornarem-se servos da dívida. O antropólogo norte-americano David Graeber (2016) explica que, se houvesse uma colheita ruim, por exemplo, “grande parte da população caía em servidão; famílias se desagregavam”; as terras eram abandonadas e os camponeses “se juntavam [em] bandos seminômades nos confins da civilização urbana” (GRAEBER, 2016, p.87). E segue:

Confrontados pela possibilidade de um completo colapso social, os reis sumérios, e depois os babilônios, periodicamente anunciavam anistias gerais: “tábulas rasas” (...). Esses decretos em geral declaravam o cancelamento e a anulação de todas as dívidas em aberto dos consumidores (...), a devolução de todas as terras aos proprietários originais e o retorno às famílias de todos os servos de dívida. (GRAEBER, 2016, p.87)

A primeira dessas declarações é de Entemena, em 2400 a.C.: “Ele instituiu a liberdade em Lagash. Ele restituiu a criança para a sua mãe e a mãe para sua criança; ele cancelou os juros.” (HUDSON apud VAINFAS, 2019, p.1535). A palavra suméria “amargi”, que significa “retorno para a mãe” é o primeiro registro linguístico de “liberdade”; aqui, literalmente, o cancelamento das dívidas significa libertar-se da servidão (GRAEBER, 2016, p.87).

O endividamento em massa é um processo anterior ao século XXI, assim como a financeirização, e o sistema de crédito como a principal forma de estabelecer relações econômicas. A economista feminista Lena Lavinas descreve a financeirização como “um processo no qual os mercados financeiros, as instituições financeiras e as elites financeiras passam a ter peso crescente nas políticas econômicas e nos seus efeitos” (LAVINAS; ARAÚJO; BRUNO, 2017, p. 6). Trata-se de um processo caracterizado pela expansão dos ativos financeiros; pela prevalência dos

interesses financeiros sobre interesses da produção, no setor privado; por aumento de riscos; por maior concentração de renda; e, concernente aos orçamentos familiares,

por booms de consumo das famílias com base no crédito, em particular por parte daquelas que costumavam não ser “bancarizadas”; rápida e acentuada elevação do grau de endividamento das famílias, comprometendo parcela crescente e alta da renda disponível; penetração da finança em todas as dimensões da reprodução da vida, re-mercantilizando o que havia sido desmercantilizado, em particular com a substituição da provisão pública por uma miríade de seguros imperfeitos para os riscos que pretendem cobrir. (LAVINAS; ARAÚJO; BRUNO, 2017, p. 6.)

Historicamente, o processo de transição para o dinheiro “virtual” enseja a criação de mecanismos de proteção do devedor (como o “amargi”). Nos anos 1980, contudo, quando o processo de financeirização se acentuou internacionalmente, vimos o contrário: o fortalecimento do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio, todos com o objetivo tácito de garantir o bom pagamento dos Estados devedores (custe o que custar) (GRAEBER, 2016, p. 465). Em contrapartida, os Estados Unidos, tendo estabelecido o dólar como moeda base para as transações internacionais, garantiu a posição privilegiada de ser um devedor que jamais quita suas dívidas – mas cujos títulos são, ainda assim, os mais seguros do mundo.

A financeirização do fim do século XX e início do século XXI pode ser caracterizada por dois processos: a redução dos direitos adquiridos durante os anos de bem-estar social no pós-guerra e a democratização do acesso ao sistema bancário (por meio dos empréstimos, dos investimentos, do mercado de ações, das hipotecas), que seria, então, a forma alternativa de “política social”. Os salários já não seguiriam ajustados ao crescimento da produtividade, mas todo mundo poderia comprar um pedaço do capitalismo: poderia efetivamente “se apoderar de um naco dos lucros criados pelo aumento dramático dos níveis de exploração” ao qual estavam subjugados (GRAEBER, 2016, p. 475).

No Brasil, a financeirização ocorre principalmente a partir dos primeiros governos Lula, durante o que Laura Carvalho e outros economistas chamaram de “Milagrinho” econômico. Para Laura, um dos pilares do crescimento na primeira década dos anos 2000 foi a inclusão financeira: em se tratando apenas de pessoas físicas, houve um aumento de dez pontos percentuais no saldo da carteira de crédito em relação ao PIB, de 14% em 2007 para 24,9% em 2016 (CARVALHO, 2018, p. 25). Esse aumento se deu por meio de políticas públicas orientadas, a primeira das quais foi a criação do crédito consignado, instituído por lei em 2003; essa modalidade de crédito com

recursos livres “possibilitou que aposentados, servidores públicos e uma parcela de trabalhadores (...) obtivessem acesso a crédito com taxas de juros relativamente mais baixas a prazos maiores” (CARVALHO, 2018, p. 26). A progressão do crédito, em paralelo às políticas bem-sucedidas de transferência de renda, estimulou o consumo e permitiu à população brasileira o acesso a serviços e bens duráveis “ao longo da curva de distribuição de renda, contribuindo, portanto, para o aquecimento da demanda doméstica e fazendo do consumo das famílias o motor do crescimento econômico recente” (LAVINAS, 2015, p. 3).

A expansão do crédito no Brasil acompanhou um ganho de renda real, por meio do aumento do salário-mínimo e do emprego, durante o período de crescimento econômico do início do século. No entanto, chama a atenção o comprometimento da renda das famílias com o pagamento de juros e amortização, hoje: quase 20% da renda das famílias brasileiras é dedicada a isso, ao passo que, nos Estados Unidos e outros países, esse número é de 9% (ALMEIDA, 2019; FED, 2019). Isso se dá, principalmente, por causa dos altos juros praticados aqui, especialmente nos rotativos de cartão de crédito.

“Sua subjetividade se configura sobre a base da dívida. Você sobrevive se endividando, e vive sob o peso de sua responsabilidade em relação à dívida” (NEGRI; HARDT, 2014, p.22). Assim caracteriza-se a nova subjetividade *endividada*, oriunda do triunfo do neoliberalismo e da reação a ele. Em sua *Declaração*, os autores consolidam a imagem do sujeito que, controlado pela dívida, tem seu tempo e suas escolhas sequestrados. O poder moral da dívida se dá pela responsabilidade e pela culpa; o trabalho se dá, única e exclusivamente, para tentar quitar compromissos que foram desenhados para encarcerar, sem chance de saída. Isso se dá em meio ao contexto global de precarização dos direitos e do estado de bem-estar social.

O sujeito endividado que trabalha se aliena ainda mais de sua própria condição de produtor, vendo-se muito mais como consumidor. Ele “trabalha para pagar suas dívidas, pelas quais é responsável porque consome” (NEGRI; HARDT, 2014, p.25). Pelo endividamento, a divisão de classes composta por capitalistas e assalariados dá lugar a relações de servidão de outros tempos, entre credores e devedores; o poder, então, se dá pela finança, cruelmente democratizada a partir das políticas neoliberais dos anos 1980. A dívida pública, aquela contraída pelos Estados, joga nos ombros do sujeito a expiação da culpa coletiva por meio de impostos regressivos e receitas de austeridade. Esse tipo de imposto “age como vetor poderoso da transformação de cada um em homem endividado” e constrói “uma memória da dívida, não dos indivíduos, mas de povos inteiros” (LAZZARATO, 2017, p. 39).

Lucas Matos publica seu livro em 2015, ano em que a crise da economia brasileira se agrava consideravelmente. A situação era dramática, do ponto de vista social, e não melhorou nos anos subsequentes. Como resposta, vimos crescente pressão pelas reduções nos direitos conquistados na Constituição de 1988. As medidas adotadas no Brasil seguem o padrão denunciado por Lazzarato (2017, p. 37) de políticas de austeridade implementadas em países europeus, principalmente depois da crise de 2008. Para ele, trata-se de uma política de “múltiplos confiscos ‘forçados’”: redução do salário-mínimo, cortes nas despesas sociais – sobretudo, nas aposentadorias – e aumento de preços pelas privatizações.

Além disso, há o que Lena Lavinas destaca como uma política social que serve de “colateral para dar acesso ao sistema financeiro” (LAVINAS, 2015, p. 18). Aí, talvez, esteja o aspecto mais cruel da financeirização ocorrida no país. A política social “como colateral” estaria baseada no estímulo ao crédito para dinamizar o mercado interno; no “combate à pobreza através de mínimos sociais”; e na valorização de um salário-mínimo que, por fim, permitisse a aquisição dos direitos, “deixando ao mercado a provisão de um conjunto amplo de bens e serviços públicos” (LAVINAS, 2015, p. 12). Em suma, uma política social baseada na transferência monetária e no endividamento, sem, no entanto, garantir serviços de saúde e educação gratuitamente, “empurrando quem busca segurança e qualidade para o mercado privado, com preços distorcidos elevadíssimos, incompatíveis com a renda da população” (LAVINAS, 2015, p. 16-17). O que torna o cenário ainda mais complexo é que, com o comprometimento da renda mais acentuado a partir de 2015, a saída para a crise por meio de um novo ciclo de expansão da demanda se tornou cada vez mais difícil (LAVINAS, 2015, p. 19).

O que vivemos nos últimos anos, especialmente nos governos Temer e Bolsonaro, foi resultado do agravamento e da radicalização desse processo de precarização. Cito a reforma da previdência, a reforma trabalhista, o teto de gastos, que restringiu principalmente os investimentos públicos, a redução no valor real do salário-mínimo, os cortes generalizados nos serviços públicos básicos. Esse processo vem acompanhado da mercantilização do sistema de seguridade social, evidente nas tendências privatizantes do discurso econômico nestes governos.

No que se refere ao endividamento, segundo Lavinas, se o desemprego aumenta em 1%, a inadimplência no crédito de consumo aumenta em 3 a 4 pontos percentuais. “Portanto”, ela diz, “num quadro de estagnação da atividade econômica de forma prolongada, o *default* das famílias tende a ampliar-se” (2015, p.17). Foi o que ocorreu no Brasil de 2016 em diante.

É nesse contexto de crise socioeconômica que escritores recentes abordaram o tema da dívida em alguns de seus poemas, trazendo-o para o âmbito do trabalho formal, da construção

subjetiva e das relações afetivo-amorosas. A poesia parece emergir, aqui, como uma das formas de elaborar artística e linguisticamente a realidade macro e microeconômica, vivenciada no cotidiano da mídia, das redes, das cidades, dos comércios locais, das contas a pagar, dos colegas desempregados. Estudar o período histórico e os aspectos materiais da vida no Brasil dessa época pode ser, então, uma forma comparativa profícua de ler a poesia de (alguns) poemas desse tempo.

3. O poema

Um dos argumentos mais contundentes de David Graeber em seu livro *Dívida: os primeiros 5000 anos* (2016) é de que a dívida e as relações afetivas e sociais estão interligadas. O pensamento de Graeber é importante para este trabalho tendo em vista que a aproximação entre afetos e sociedade é um dos procedimentos adotados em alguns poemas contemporâneos, como no caso da obra de Lucas Matos. A pergunta, aqui, é: o que na poesia transforma as relações afetivo-amorosas em sistemas de crédito na lógica da economia comercial?

Vejamos como isso acontece no poema “*Une chanson (alô? está me ouvindo?)*”, publicado em 2015:

5. UNE CHANSON (ALÔ? ESTÁ ME OUVINDO?)

ninguém vai ter amar
tanto quanto o seu credor
nem o pai nem a mãe
e os filhos se você tiver
vão te amar menos
vão amar sempre menos
ninguém vai ter amar
tanto quanto o seu credor

a mãe está no hospital
e é para você que ele
liga no sábado de manhã
ninguém vai te amar
tanto quanto a esposa
mandou uma carta
para a amante tudo
parece ir para as
cucuias e é o teu
email que ele procura

ninguém vai te amar
tanto quanto o seu credor
o pai já não sabe quem é
o cachorro morreu

o filho mordeu os amigos
 e quando ele sai para
 passear com o bicho
 sente a corda apertar
 em torno do pescoço
 é o teu nome
 que ele sussurra
 com teu nome
 que ele engasga

ninguém vai te amar
 tanto quanto o seu credor
 nem à primeira vista
 nem o primeiro amor
 nenhum casório
 nenhum estranho
 no carnaval que te beijou

ninguém vai te amar
 tanto quanto seu credor

(Matos, 2015, p. 21-22)

A leitura deste poema nos permite traçar uma conexão entre processos íntimos, experienciados pela voz poética e por seus interlocutores, com um contexto de dívida que é parte de uma conjuntura social complexa.

No poema, é possível identificar semelhanças com as cantigas de amor trovadorescas, caracterizadas pelos temas lírico-amorosos orientados pelas relações feudais. O amor cortês seguia o modelo social que vigia à época: “a submissão do vassalo ao seu senhor, os laços de dependência, as suas juras de fidelidade, lealdade, subserviência e adoração são os mesmos elementos que constituíam a canção destinada às damas” (MARCHETTO, 2004, p. 14), a quem o poeta estava subordinado. Completa Marchetto: “Não se tratava de uma metáfora poética e sim de uma visão de mundo que exprimia o modelo de relação social vigente” (MARCHETTO, 2004, p. 14). Em se tratando da forma, a partir do século XIV, as chansons seguiram as formas fixas, como o rondó, o virelai e a balada, cuja circularidade remetia às danças populares. Os poemas acompanhavam a música, com rimas e métrica silábica, e apresentavam coplas e refrões; a repetição de seções da música com textos distintos também era comum (MARCHETTO, 2004, p.15).

O poema faz alusão às cantigas em seu título, “*Une chanson*”, e o tema do amor é logo identificado no primeiro verso: “ninguém vai *ter* amar”. Apesar do incômodo causado pelo verbo “*ter*” que parece substituir o pronome oblíquo “*te*”, pode-se inferir que o poema vai tratar do sentimento amoroso. O enjambement do verso seguinte nos mostra que, aqui, o problema não é a

ausência de amor – mas seu excesso. Ninguém vai te(r) amar tanto quanto o seu credor, e então a brincadeira com “ter” e “te” passa a fazer mais sentido.

Ao longo da leitura, fica claro que se trata de um poema de amor obsessivo, em que as outras esferas de afetividade são relegadas pela lealdade do credor ao devedor – um “você” endereçado a alguém específico, ou a nós, que lemos o poema. A primeira estrofe afirma que pai, mãe e filhos vão te amar sempre menos do que o seu credor, que estabelece contigo a relação de senhor nas finanças e vassalo no amor. O refrão retorna ao fim da primeira estrofe, fechando circularmente o sistema.

Em termos formais, é esse refrão, e as pequenas modificações que sofre, que nos aproxima mais claramente das canções de formas fixas praticadas pelos trovadores medievais; há que se comentar, também, a relativa regularidade métrica. Denoto o uso reiterado do pronome indefinido “ninguém”, assim como das conjunções “não” e “nem”; a negação do amor pela afirmação de um amor maior do que todos os outros, aliada à circularidade dos refrões, traz a inquietação do sujeito encurralado: não há como fugir do “afeto” do credor.

Esse efeito é explorado, também, no poema *José*, de Carlos Drummond de Andrade. Como a voz enervante que delimita o amor em “*Une chanson* (alô? está me ouvindo)”, em Drummond há uma voz que provoca José-você com perguntas que nunca são respondidas, que evidenciam a imobilidade: um labirinto sem saída, cujos caminhos levam a lugar nenhum (MATIAS, 2016). O metro em redondilha menor emula a marcha rápida, violenta, estreita tanto na visualidade da página, quanto na leitura; as construções sintáticas repetidas, os verbos no pretérito perfeito e as anáforas corroboram a sensação de desespero do José que não tem saída.

E agora José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, você?
você que é sem nome,
que zomba dos outros,
você que faz versos,
que ama, protesta?
e agora, José?

Está sem mulher,
está sem discurso,
está sem carinho,
já não pode beber,
já não pode fumar,

cuspir já não pode,
 a noite esfriou,
 o dia não veio,
 o bonde não veio,
 o riso não veio,
 não veio a utopia
 e tudo acabou
 e tudo fugiu
 e tudo mofou,
 e agora, José?

(trecho de ANDRADE, 2012, p.28)

A estrutura em Drummond intensifica a suspensão de possibilidades que o conteúdo nos dá a ver; em Lucas, essa suspensão não é tão dura, em ritmo, mas é emulada nos refrões e negativas, presentes também na segunda estrofe de José: ninguém vai te amar tanto quanto o seu credor, “nem à primeira vista/nem o primeiro amor/nenhum casório/nenhum estranho/no carnaval que te beijou”, assim como José “está sem mulher/está sem discurso/está sem carinho/já não pode beber/já não pode fumar”. Tudo parece ir para as cucuias, tudo acabou, fugiu, mofou; não há trégua nem estabilidade para o endividado, objeto de um amor obsessivo. Assim com a pergunta – “e agora, José?” – e a constatação – “ninguém vai te amar” –, também as cobranças não se interrompem.

Nas cantigas de amor medievais, a subserviência e a lealdade são professadas à dama, tema e objeto dos poemas; o trovador se apresenta como seu servo. Em Lucas, o sentimento absoluto parte daquele a quem o sujeito deve. Já aqui pode-se estabelecer um incômodo: a figura do senhor está imiscuída com a figura do servo. O poema nos deixa algumas ambiguidades que reforçam essa leitura.

“A mãe está no hospital/ e é para você que ele/ liga no sábado de manhã”. “(...) a esposa mandou uma carta/ para a amante (...)/ e é o teu email que ele procura”. Nesta segunda estrofe, as conjunções “e” parecem indicar concessões: *apesar* de a mãe estar no hospital, *apesar* de a esposa ter mandado uma carta para a amante. De imediato, minha leitura é de que essas situações comprovam a extensão da fidelidade do credor a seu devedor, já que não importa o que esteja acontecendo, é para você que ele liga, até no sábado de manhã. Mas um segundo olhar deixa a ambiguidade: a cobrança não respeita sequer a mãe do devedor no hospital. Sua vida pode estar de cabeça para baixo, mas não se pode esperar que o credor compreenda isso – ninguém vai te amar tanto quanto ele.

Dizemos que o endividado tem a corda no pescoço, mas em “*Une chanson* (alô? está me ouvindo)”, quem sente a corda apertar e sussurra seu nome é o credor, o “bicho”. A superposição das figuras nos leva à seguinte indagação: quem é, afinal, esse credor?

A princípio, o credor pode ser lido como uma figura “mítica”, um coletor sem nome, cuja existência se dá exclusivamente para o ato fim de cobrar. O poema desestabiliza isso: nele, o credor ama e goza; tem mãe, pai, esposa, filhos e cachorro. Parece, inclusive, ter suas próprias dívidas. A partir de relatos coletados em sua rede social, Rosana Pinheiro-Machado analisa a situação de endividamento dos brasileiros; em seu texto, os personagens contam sobre a humilhação por que passam ao terem seus familiares assediados pelos credores – não os donos de banco, claro, mas os operadores de telemarketing que trabalham para eles. Recorto, aqui, dois deles:

(1) Além das cobranças a mim, meus filhos, meus irmãos, meu ex-marido, o namorado de minha filha e meus pais (idosos) também recebem telefonemas de cobrança em meu nome, o que constrange a todos e me faz me sentir humilhada e envergonhada perante todos os envolvidos.

(2) Ligavam todos os períodos, manhã, tarde e até 10 da noite, querendo cobrar do meu pai o pagamento. Parecia agiota, mas era legalizado né. Uma vez minha mãe atendeu e explicou ao cobrador que meu pai era aposentado e não tinha como pagar, que o mínimo já era o máximo. Ouviu como resposta um “Se não tinha como pagar então não devia ter gasto!” (PINHEIRO-MACHADO, 2019)

Rosana se pergunta “se esses profissionais não estão também endividados”; chega à conclusão de que “provavelmente, sim. Provavelmente, eles estão reproduzindo a violência a qual também estão sujeitos” (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Essa suposição não é fortuita. Em seu estudo sobre o precariado² brasileiro, Ruy Braga sugere que uma das categorias representativas desse conjunto de trabalhadores é a dos operadores de telemarketing. Segundo o autor, trata-se de um grupo que sintetiza “as características mais salientes do atual regime de acumulação pós-fordista: a terceirização empresarial, a privatização neoliberal e a financeirização do trabalho” (BRAGA, 2012, p.182), inserido no setor econômico que mais cresceu nas últimas duas décadas, qual seja, o setor de serviços. Assim pode ser perfilado o operador de telemarketing: jovem, não qualificado ou semiquualificado, sub-remunerado, sem experiência sindical prévia e oriundo do trabalho informal.

² O precariado, ou “proletariado precarizado”, pode ser definido como um grupo inserido na classe trabalhadora na era do pós-fordismo financeirizado, que não teve acesso às política de bem-estar, públicas ou privados, que as gerações anteriores experimentaram, em especial no que se refere à estabilidade. (BRAGA, 2012, p.18; PUPO; POMPEU, s/d.)

Conta-nos Ruy Braga (2012, p.188) que o telemarketing cresceu exponencialmente a partir dos anos 1990, com taxa de crescimento anual de 15% entre 1998 e 2002, passando para 20% durante o governo Lula; em 2010, a Associação Brasileira de Telesserviços estimava que mais de 1,2 milhão de trabalhadores estariam empregados no setor. A média de remuneração é de 1,5 salário mínimo, com renda anual dez vezes menor do que os respectivos nos Estados Unidos e três vezes menor do que na África do Sul (BRAGA, 2012, p.192). Quanto à formação, a amostra coletada pelo pesquisador revelou 65% de profissionais com ensino médio completo, 29% cursando o ensino superior e 6% com superior completo. Em um dos depoimentos reproduzidos no livro de Ruy Braga, lemos que “no call center, há operadores que concluíram o ensino superior nas mais diversas áreas. (...) Entre colegas [no banco], um é advogado e outro jornalista. Dizem que continuam no telemarketing porque não conseguiram trabalho na área de formação” (BARRETO apud BRAGA, 2012, p.191). É importante também delinear a alta rotatividade do setor, variando entre 36% e 48% ao ano, usualmente pela via da demissão, o que acentua o caráter instável desse tipo de ocupação (BRAGA, 2012, p.195).

Com os dados que coletei, não é possível estabelecer uma correlação direta entre os brasileiros recém-endividados e os operadores de telemarketing; entretanto, ao analisarmos o aumento no crédito destinado a pessoas físicas (de 14% do PIB, em 2007, para 24% em 2014 [SOUZA, 2018, p.10]), e, em especial, no uso do cartão de crédito nas faixas de renda mais baixas (o crescimento foi próximo de ou maior que 100% em número de usuários entre 2003 e 2009 [SBICCA; FLORIANI; JUK, 2012, p.11]), podemos inferir que esses profissionais se inserem no perfil dos que se beneficiaram da inclusão financeira empreendida no país durante as primeiras décadas do século XXI. Cabe denotar que o endividamento por si só não é, a priori, uma condição maldita; é o acesso ao crédito que permite também o acesso a diversos bens e serviços antes negados às classes mais baixas da população. O endividamento em massa é pernicioso ao se aferir que a renda salarial não acompanha o crescimento na produtividade, que a concentração de riqueza se acentua, que os serviços públicos fornecidos pelo Estado passam a ser substituídos pelo setor privado e que, em situação de instabilidade financeira, quem sofre mais é quem está no lado mais fraco do sistema.

Em entrevista para o jornal Estado de São Paulo, ao ser perguntado sobre o endividamento entre os trabalhadores que compõem o precariado, Ruy Braga conjectura que

Sem dúvida, quanto mais precário o trabalho, mais insegura a fonte de renda, conseqüentemente mais endividamento⁷ a pessoa vai ter. As necessidades são mais ou menos constantes ao longo do ano. Você precisa comer, beber, se vestir e se alimentar. Isto faz com que as pessoas vivam penduradas no cheque especial, no cartão de crédito, no consignado, em alguma forma de crédito. Ficou desempregado, vai gastar menos com saúde, tirar seus filhos da escola? Não é assim que funciona a vida, você vai se endividar para manter seus filhos na escola até onde der. (PUPO; POMPEU, s/d)

O poema de Lucas Matos parece recuperar a dinâmica de cobrança efetuada pelos teleoperadores. Em “*Une chanson* (alô? está me ouvindo)”, o credor liga no sábado de manhã; o pai (aqui, do devedor) já não sabe quem é (se é o filho que deve, ou ele mesmo); o cachorro morreu (e talvez isso seja um bom motivo para deixá-lo em paz). A enumeração dos membros familiares acompanha o argumento de que “ninguém vai te amar”, mas também emula o procedimento adotado pelo credor – assediá-los todos aqueles que estão próximos do devedor, de forma a conseguir aquilo que é devido. O parêntesis do título ganha contornos, então: alô? está me ouvindo?, pergunta o operador de telemarketing.

No poema, o credor é personificado pelo telefonista e humanizado por seus afetos. Mas, em última instância, ainda é a figura onipresente dos refrões, que ama acima de todos e não permite que se fuja da dívida. Afinal, não é ao operador de telemarketing, que apenas executa a cobrança, a quem o endividado deve, mas às instituições financeiras, sem nome, voz própria ou endereço certo, cuja garantia se dá pela violência institucional.

Olhando por aí, a superposição entre credor e devedor parece impossível – a hierarquia entre eles se manifesta na diferença de poder de um e de outro. Contudo, a dinâmica de aparências que o poema encena recria, à sua maneira, o jogo discursivo necessário para que nos sintamos moralmente inclinados a quitar nossas dívidas.

Conforme o antropólogo David Graeber explica, historicamente, a dívida se estabelece “entre duas pessoas que não se consideram fundamentalmente diferentes uma da outra, que são iguais pelo menos em potencial” (GRAEBER, 2016, p. 155). Trata-se de uma relação de “troca inacabada”, que se difere da relação hierárquica – em que as pessoas não se consideram iguais –, ou comunitária – em que não cobramos nada em troca. Daí que, quando a dívida se estabelecia entre membros dentro de uma comunidade, com a cobrança de juros, confisco de terras e servidão de filhos, isso colocasse em risco os fundamentos daquela sociedade. “Temos a responsabilidade de levar em consideração as necessidades e os interesses uns dos outros. Então como meu irmão pôde fazer isso comigo?” (GRAEBER, 2016, p.114).

Graeber afirma que a dívida é uma “troca inacabada”. Para ele, a “sensação” de igualdade é fundamental para que a dívida se estabeleça em primeiro lugar. Na troca comercial, também é preciso que haja equivalência entre os negociantes e os objetos negociados, ou que assim pareça; a busca pela melhor relação custo-benefício não alteraria essa tendência. Quando ambas as partes considerarem o resultado satisfatório, a transação pode ser concluída e elas podem seguir seus caminhos. A impessoalidade é característica desse tipo de troca: “a pessoa que nos vende algo ou compra algo de nós deve ser, em princípio, totalmente irrelevante” (GRAEBER, 2016, p.134). O mais importante está na possibilidade de que, ao quitar nossas dívidas por meio da troca, estamos livres para encerrar uma determinada relação social: quando uma oferta recebe uma contraoferta, ou quando o dinheiro passa de uma mão para outra, ou ainda quando uma dívida é quitada, os sujeitos afirmam sua igualdade e sua autonomia para ir embora como bem quiserem – nem que seja simbolicamente, apenas por uma sensação.

O que se configura, aqui, como aspecto essencial dessa relação é que a dívida pressupõe simetria entre os contratantes, que aceitam tornar-se desiguais por um tempo determinado, até que possam retornar à condição inicial. É característica da dívida que ela *possa* ser paga, segundo Graeber; que a igualdade *possa* ser restituída; e que as partes possam, quando isso ocorrer, seguir seus caminhos livremente.

Mas isso é evidentemente falso, e o antropólogo sabe disso. Na prática, no capitalismo financeirizado, “a dívida é infinita, impagável e não expiável” (LAZZARATO, 2017, p. 80). A não ser pela letra da lei, é absurdo igualar bancos e seus contratantes, especialmente se considerarmos as famílias trabalhadoras recém-incluídas no sistema bancário brasileiro. A igualdade é uma ficção elaborada, jurídica e moralmente. E no poema, é feita artisticamente, por meio da humanização do credor obsessivo.

A igualdade que sustenta a dívida é meramente ideológica, pois é preciso que nos enxerguemos como iguais para que nos sintamos em débito uns com os outros, inclusive com os bancos. Para que sustentemos a ficção de que o correto é pagar nossas dívidas, sempre. Não há, entre credores e devedores, igualdade de condições, mas, para que a dívida se dê da forma mais eficiente possível – ou seja, para que ela esteja vinculada à moral das relações humanas –, a desigualdade, muitas vezes evidente, precisa estar camuflada de alguma forma.

Em “*Une chanson* (alô? está me ouvindo)” existe uma tensão: se, por um lado, a voz da canção nos apresenta um amor totalizante, que encurrala o sujeito, reforçado pelas repetições das negativas e pelos refrões, por outro lado dá a ver uma face humanizada do credor, que nos remete ao seu intermediário, o operador de telemarketing que, também em dívida, cobra implacavelmente.

O procedimento poético que cria essa tensão aproxima as duas pontas – aquele que deve, e aquele a quem é devido –, equalizando-as. Mas o dístico que encerra o poema retoma a circularidade, e com ela, a onipotência do sujeito que ama mais que todos. “*Une chanson* (alô? está me ouvindo)” fabrica o real que constrói ideologicamente a pretensa igualdade entre os envolvidos na dívida: credor e devedor se imiscuem para que a ilusão da igualdade que pode ser recuperada e crie o dever moral de pagar, sempre.

Considerações finais

Em seu trabalho sobre a poesia escrita em coletivos urbanos, como a Oficina Experimental de Poesia e o Mulheres que Escrevem, Eduardo Coelho percebe “diversas referências ao preço das coisas, às contas a pagar e ao endividamento” (2020, p. 124) que deslizam da economia para o campo afetivo-amoroso, “um índice frequente na poesia brasileira contemporânea” (2020, p. 127). “A história de Marianne K.”, primeira seção do livro de Lucas Matos (2015), é exemplar dessa tendência.

Tais referências não são fortuitas na cena poética atual. Ao passo que tematizam fenômenos de longa duração como a dívida, são evidentemente produtos de seu tempo. Tempo de agudo endividamento das famílias, de financeirização das políticas sociais, de precarização dos serviços públicos, de austeridade e de privatização. São poemas que encenam o drama do jovem trabalhador brasileiro, que entra na vida adulta sob a égide dos juros e da dívida impagável.

Por meio de recursos rítmicos e gráficos, o poema “*Une chanson* (alô? está me ouvindo?)” recria a cobrança de dívidas em toda a sua angústia asfixiante, emulando a obsessão do credor pelo seu devedor e misturando-a ao discurso afetivo-amoroso. É um poema que reconfigura nosso olhar para a dívida, e para quem realiza as cobranças; que nos torna mais sensíveis à assimetria das relações entre credor e devedor, através do véu da moralidade e da culpa.

É um poema que, por fim, pode nos tornar mais conscientes para imaginar mundos alternativos, mais justos e mais livres.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Cássia. “Brasileiros gastam 18,3% da renda para pagar dívidas, maior nível desde 2017”. *O Globo*, set./2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasileiros-gastam-183-da-renda-para-pagar-dividas-maior-nivel-desde-2017-23955866>>. Acesso em set./2019.

- ANDRADE, Carlos Drummond. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP: 2012.
- CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- COELHO, Eduardo. “Coletivos: poesia e endividamento”, *Caderno de Letras UFF*, Niterói, v. 31, n. 61, p. 129-136, 2020.
- FEDERAL RESERVE. *Household Debt Service and Financial Obligations Ratios*. Disponível em: <<https://www.federalreserve.gov/releases/housedebt/default.htm>>. Acesso em: set/2019.
- GRAEBER, David. *Dívida: os primeiros 5000 anos*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- LAVINAS, Lena. A financeirização da política social: o caso brasileiro. *Politika*, n.2, p.35-51, 2015.
- LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel. “Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes?”. Texto para discussão 032, Instituto de Economia/UFRJ, 2017.
- LAZZARATO, Maurizio. *O governo do homem endividado*. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- MARCHETTO, Luiz Fernando Lemos. “*Chanson* polifônica francesa: um estudo nas obras corais a cappella de C. Debussy e M. Ravel”. Dissertação em Música. UNESP. São Paulo, 2004.
- MATIAS, Bárbara. “Entre heterônimos e sete faces: a melancolia como discurso do sujeito moderno”. Iniciação científica apresentada na 7ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ. 2016.
- MATOS, Lucas. *Três semblantes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Declaração – isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- PEDROSA, Celia; KLINGER, Diana; WOLFF, Jorge; CÂMARA, Mario (Orgs.). *Indicionário do contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “Bancos lucram enquanto famílias sofrem pagando boletos”. *The Intercept Brasil*, dez./2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/12/24/sofrimento-financeiro-bancos-boletos/>>. Acesso em: dez./2019.
- PINTO, Eduardo Costa; BALANCO, Paulo. “Capitalismo contemporâneo e suas dimensões constitutivas”. Em: GOMES, Fábio Guedes, PINTO, Eduardo Costa (orgs.). *(Des)Ordem e Regresso: o período de ajustamento neoliberal no Brasil, 1990-2000*. São Paulo: Hucitec Mandacaru, 2009, p. 33-79.
- PRÊMIO Rio de Literatura divulga os seus finalistas. *O Globo*, Rio de Janeiro, nov./2019. Disponível em: . Acesso em 03/2024.
- PUPPO, Amanda; POMPEU, Lauriberto. “Exploração e desemprego definem precariado, diz sociólogo Braga”. *Estado de São Paulo*, s/d. Disponível <<https://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/exploracao-e-desempregodefinem-precariado-diz-sociologo-ruy-braga>>. Acesso em: dez./2019.
- SBICCA, Adriana; FLORIANI, Vinícius; JUK, Yohanna. “Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor”. *Revista Economia & Tecnologia*, v. 8, n. 4, p. 5-16, 2012.
- SOUZA, Andreas Suner Serpa. “Impacto e evolução do acesso ao crédito no endividamento das famílias brasileiras pós crise de 2008”. Monografia em Ciências Econômicas. INSPER. 2018.
- VAINFAS, Daniel. “Dívida, expropriação e a perda da liberdade”. *Anais do III Encontro de Economia Política Internacional do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, p.1522-1541, 2019.

Recebido em: 31/3/2024

Aprovado em: 11/6/2024